

# CIDADANIA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: ASPECTOS LEGAIS E SOCIAIS – CIDPD

---

Competência técnica: Sustentabilidade  
Conhecimentos relacionados: Acessibilidade

## **Objetivo Geral**

Proporcionar aos servidores informações sobre os diversos aspectos de proteção previstos na Lei Brasileira de Inclusão (O Estatuto da Pessoa com Deficiência – Lei Federal nº 13146/2015) e demais legislações, bem como, os aspectos constitucionais envolvidos.

## **Objetivos Específicos**

- Analisar qual é o âmbito de proteção da pessoa com deficiência.
- Discutir a especial proteção e direitos fundamentais específicos direcionados à pessoa com deficiência na Constituição e nas Leis (7853/89, 8213/91, 10048/2000, 10098/2000, Decretos Federais 3298/99, 5296/2004, 6949/2009).
- Compreender como viabilizar o direito do trabalho para a pessoa com deficiência.
- Analisar as características da cidadania da pessoa com deficiência.
- Discutir as formas de garantia da participação da pessoa com deficiência na vida pública e política do país.
- Contextualizar historicamente a Legislação pertinente às pessoas com deficiência.
- Discutir os novos tipos penais criados no Estatuto da Pessoa com Deficiência.
- Analisar as principais alterações produzidas pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência no Código Civil e no Código de Processo Civil.
- Difundir as ações do Tribunal de Justiça em prol da Inclusão e Cidadania das Pessoas com Deficiência.

## **Metodologias e Recursos**

Aulas expositivas, materiais de leitura e recursos audiovisuais.

## **Conteúdo Programático**

- Direitos fundamentais: Teoria Geral dos Direitos Humanos Fundamentais. Titularidade de Direitos Fundamentais. A efetividade dos direitos fundamentais. Incorporação de tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos – âmbito de proteção. Neoconstitucionalismo para as Pessoas com Deficiências.

- A Constituição Federal e a convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência; seus princípios e principais conceitos.
- A Legislação infraconstitucional (7853/89, 8213/91, 10048/2000, 10098/2000, Decretos Federais 3298/99, 5296/2004, 6949/2009).
- Direitos específicos da pessoa com deficiência: Direito de igualdade e não discriminação. Atendimento prioritário. Direito à vida. Direito à Educação. Direito à moradia. Direito à acessibilidade.
- Direito ao Trabalho da Pessoa com Deficiência.
- Direito à Assistência Social.
- Direito à saúde. Direito à habilitação e à reabilitação. Política pública de assistência social à pessoa com deficiência e sua família. Do Direito à Previdência Social. Alteração na Lei 8.213/91. Direito à participação na vida pública e política.
- Dos Crimes e das Infrações Administrativas previstas no Estatuto da Pessoa com Deficiência. Dos tipos penais específicos.
- A Pessoa com Deficiência e os Atos da Vida Civil. Capacidade Legal, Tutela e Curatela.
- O Tribunal de Justiça e as Ações Afirmativas de promoção da Acessibilidade e Inclusão.

## **Bibliografia**

**BRASIL. LEI Nº 7.853, de 24 de Outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – CORDE; institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. Regulamentada pelo Decreto 3298 de 20 de dezembro de 1999.**

**BRASIL. Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Regulamentada pelo Decreto 3298 de 20 de dezembro de 1999.**

**BRASIL. Lei 8.213 de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras Providências. Regulamentada pelo Decreto 3298 de 20 de dezembro de 1999.**

**BRASIL. Lei Federal 10.098 de 19 de dezembro de 2000. Estabelece Normas Gerais e Critérios Básicos para a Promoção da Acessibilidade das Pessoas Portadoras de Deficiência ou com Mobilidade Reduzida, e dá outras Providências. Regulamentada pelo Decreto 5296 de 02 de dezembro de 2004.**

**BRASIL, A Inclusão de Pessoas com deficiência no mercado de trabalho. 2ª edição. Brasília: MTE, SIT, 2007. 100p.**

**BRASIL, Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Acessibilidade. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2008; 264p.**

BRASIL, Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. **A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência - versão comentada.** Coordenação de Ana Paula Crosara Resende e Flavia Maria de Paiva Vital. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2009; 202p.

FONSECA, Ricardo Tadeu Marques da. **O Trabalho da Pessoa com Deficiência. Lapidação dos Direitos Humanos: o direito do trabalho, uma ação afirmativa.** São Paulo: Ltr, 2006. 304p.

GOMES, Joaquim B. Barbosa. **Ação afirmativa & princípio constitucional da igualdade: o direito como instrumento de transformação social. A experiência dos EUA.** Rio de Janeiro: Renovar, 2001. p. 35-38.

GONÇALVES, Marcos Antonio. **Com a Cabeça e o Coração: inclusão de pessoas com deficiência: uma história de amor e determinação.** 3ª edição. São Paulo: Áurea Editora, 2006. 227p.

GUGEL, Maria Aparecida. **Pessoas com Deficiência e o Direito ao Trabalho Público. Reserva de Cargos em Empresas, Emprego Apoiado.** Rio de Janeiro: Letras Contemporâneas Oficina Editorial. Ltda, 2007. 257p.

GUGEL, Maria Aparecida; COSTA, Waldir Macieira da; RIBEIRO, Lauro Luiz Gomes. **Deficiência no Brasil: uma abordagem integral dos Direitos das Pessoas com Deficiência.** Rio de Janeiro: Letras Contemporâneas Oficina Editorial. Ltda, 2007. 543p.

GUGEL, Maria Aparecida. **Pessoas com Deficiência e o Direito ao Concurso Público.** 2ª edição. Goiânia: UCG, 2012. 228p.

IBDD - Instituto Brasileiro de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência. **Responsabilidade social e diversidade: deficiência, trabalho e exclusão.** IBDD. Rio de Janeiro: BNDES, 2004. 188p.

IBDD - Instituto Brasileiro de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência. **Inclusão social da pessoa com deficiência: medidas que fazem a diferença.** Rio de Janeiro: IBDD 2008. 311p.

LANNA, Mário Cléber Martins Júnior (comp). Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010.473p.

LIMA, Niusarete Margarida de. (comp). **Legislação Federal Básica na Área da pessoa Portadora de Deficiência.** Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 2007. 464p.

ONU Declaração dos Deficientes Mentais. Resolução n. 2.856, 1971.  
<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Dir>

**IMPORTANTE: Sempre verifique no site do TJRJ se a versão impressa do documento está atualizada.**

ONU Declaração dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiências. Resolução n. 30/84, 1975.

[http://www.ampid.org.br/ampid/Docs\\_PD/Convencoes\\_ONU\\_PD.php](http://www.ampid.org.br/ampid/Docs_PD/Convencoes_ONU_PD.php)

**RIO DE JANEIRO. Articulação e Gestão do Sistema de Garantia de Direitos da Pessoa com Deficiência.** Publicação da Comissão de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiência da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Disponível na Internet: <<http://www.alerj.leg.br>>. Acesso em: 12 de novembro de 2014.

QUARESMA, Regina. Comentários à Legislação Constitucional Aplicável às Pessoas Portadoras de Deficiência. **Revista Diálogo Jurídico**, Salvador, CAJ - Centro de Atualização Jurídica, nº. 14, junho/agosto, 2002. Disponível na Internet: <<http://www.direitopublico.com.br>>. Acesso em: 02 de novembro de 2014.

### Carga Horária

09 horas.

Atualização: 03/10/2018	Revisão: 00
-------------------------	-------------